



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 58ª
(QUINQUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 23 DE JUNHO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 54ª Sessão Ordinária;
- Ata da 55ª Sessão Ordinária;
- Ata da 56ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Antes, porém, Deputado Chico Vigilante, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Wellington Luiz, eu acredito que esta Casa tem de fazer um pronunciamento hoje como instituição Câmara Legislativa sobre uma nota que saiu numa matéria do *Jornal de Brasília*, uma matéria que não é só ofensiva, mas depreciativa do Poder Legislativo. Ela insinua sobre 12 Parlamentares, e isso é algo que esta Casa realmente vai refutar.

Nós temos trabalhado diuturnamente para representar os interesses do cidadão. Os 24 Deputados têm discutido essa matéria exaustivamente, de forma transparente, dando a sua opinião publicamente na frente da imprensa. Quando temos que realmente construir consenso, nós o fazemos, dando a transparência necessária para tudo isso. Nós encaminhamos, inclusive, um ofício à Procuradoria da Casa para que tome as providências necessárias porque é muito sério colocar sob suspeição 12 Parlamentares. Fazemos, inclusive, o encaminhamento ao jornal para que cite a fonte, porque é gravíssimo. Se tiver algo de materialidade, nós mesmos vamos proceder ao encaminhamento, mas nós não acreditamos nesse tipo de colocação. Nós acreditamos que estamos, sim, mexendo em vários interesses, Deputado Wellington Luiz, mudando o *status quo* de uma sociedade, e nós não vamos aceitar. Eu falo isso com muita tranquilidade porque eu não fui citada, mas esta Casa, esta instituição não vai aceitar qualquer tipo de colocação ou suspeição sobre os Deputados. Os Deputados terão liberdade aqui para votar do jeito que eles quiserem. Os derrotados serão derrotados e os vencidos sairão vencidos, seguindo o ritmo democrático do Poder Legislativo. Mas esse tipo de colocação este poder não vai aceitar. Nós já encaminhamos hoje um ofício, Deputado Wasny de Roure, à Procuradoria da Casa para que tome providências, porque o que ocorreu é muito grave.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, eu quero dizer, como Líder da nossa bancada, que nós fizemos uma nota repudiando a declaração. Foi a primeira coisa que eu fiz no dia de hoje. Chamei os nossos advogados para que estudassem que medida judicial nós devemos tomar em relação ao *Jornal de Brasília*.

Eu não fui procurado pela jornalista. Eu entendo que a matéria não depõe somente contra os doze, porque dá a entender que os anteriores que votaram receberam. Se há a denúncia, coloquem. Se existe a denúncia, que coloquem, mas não fiquem com uma ilação repousando sobre todos. Eu vou às últimas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

consequências. Tenho um nome a zelar. A única coisa que eu tenho é meu nome. Então, não vou aceitar esse tipo de achincalho com meu mandato e com minha pessoa, bem como com relação aos demais colegas.

Se há alguma informação, que se posicione, seja esse ou seja aquele, mas não deixe pairando sobre a cabeça dos 24 Parlamentares que haveria pessoas que estariam aceitando suborno, propina. Nós estamos vivendo um quadro extremamente duro na sociedade brasileira, e necessário, mas não vamos nivelar aqueles que têm uma história de vida. Eu não aceito e vou às últimas consequências.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, o nosso Líder Deputado Wasny de Roure já tomou as medidas que tinham que ser tomadas. Eu também expedí uma nota, logo cedo, quando eu tomei conhecimento dessa – desculpe a expressão, Presidenta – patifaria.

Eu falei com o Deputado Wellington Luiz, porque o nome dele foi citado, com o Deputado Bispo Renato Andrade e outros. Deputado Wasny de Roure, eu tenho pena da jornalista Millena, porque ela acreditou num canalha. Foi um canalha que deu essa informação a ela, e canalha não sustenta o que diz. Ela vai ser processada, e o canalha não terá coragem de ir ao tribunal sustentar isso porque o fato não existe. Portanto, ela é que vai arcar com as consequências de ter como fonte um canalha, um patife que ataca a honra e a dignidade das pessoas.

Eu tenho hombridade, Deputado Wasny de Roure. Uma vez eu denunciei uma falcatrua que havia no Hospital de Samambaia quando ele foi transferido da área privada para a área pública. Eu falei que havia falcatrua e falei para o *Correio Braziliense*. As duas jornalistas que escreveram eram a Lilian Tahan e a Ana Maria Campos. As duas estão aí, são do mais alto nível. A Sra. Dra. Mercedes resolveu processá-las, e eu fui ao tribunal como testemunha delas para dizer a origem da matéria, porque, na minha vida pública, eu nunca desmenti um jornalista naquilo que eu disse a ele.

Deputada Telma Rufino, eu não aceito esse tipo de coisa, de achincalhe. Eu não estou à venda. Eu não me coloco à venda, e virem dizer que nós votamos ontem para colocar dificuldade, para depois ir negociar com o tal do Uber? Quem é o Uber? Eu nunca vi Uber. Não sei de que se trata. Não sei que bicho é esse, Deputado Wellington Luiz. Não sei.

É preciso que as pessoas entendam que estão tratando com homens e mulheres que têm filhos, têm um nome nesta cidade. Deputado Wellington Luiz, por exemplo, é policial, eu sou vigilante: mas nós temos nossos nomes. Alguém pode até dizer: “ah, mas a matéria não tem tanta audiência porque foi publicada no *Jornal de*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Brasília”. Ok, mas vão pegá-la e jogá-la em todas as redes sociais, Deputado Wasny de Roure, para acabar com a imagem da gente.

Eu sou responsável pelo que eu faço. Agora, eu quero que o canalha, o patife que passou essa informação para a jornalista Millena tenha a coragem de assumir isso, porque, se for Deputado, vai ter o mandato cassado por mentir. Quero que ele assuma isso perante a sociedade e nos informe por que ele deu essa informação para a Millena. Qual foi a base? Porque aí nós vamos pedir – nós doze, eu acredito – processo de investigação e cassação de mandato desse canalha por atacar a honra e a dignidade dos outros. Se ele não tem argumento, problema dele. Se ele perdeu na votação, problema dele, mas não venha querer me puxar para um terreno que não é meu. Talvez, Deputado Wasny de Roure, ele esteja querendo medir a gente pela regra dele, e isso eu não aceito.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas, em especial à imprensa.

É claro que cabe aos envolvidos, aos que sofreram essa agressão, moral e injusta, adotar as providências que acharem melhor. Mas eu tenho receio de, se representarmos contra o jornal, acabarmos desviando o foco, até porque eu conheço a jornalista Millena Lopes. E eu vou na mesma linha do Deputado Chico Vigilante. Sabe por quê? Porque eu não tenho dúvida, até conhecendo o caráter da Millena, que ela, de fato, recebeu essa informação, seja por Deputado ou seja por assessor. Eu disse para a Millena hoje – eu tive oportunidade de conversar com ela – que eu desafiava. Falei assim: “Millena, eu desafio essa pessoa a ter a coragem de repetir isso na nossa frente.” Sabe por quê? Porque ela está mentindo, porque o mal caráter, o bandido não tem coragem de vir, aparecer e dizer, repetir na nossa frente.

Quem fez essa acusação para o jornal é bandido, é corrupto, é criminoso. Se for assessor, tem que ser exonerado; se for Deputado, tem que ser cassado. E, aí, eu quero que venha aqui, na minha frente, fazer uma acareação comigo, dizer se, em algum momento, eu sentei com empresário, se eu recebi propina de alguém. Agora, o covarde não virá aqui. O bandido não vai aparecer, Millena. E eu te disse: você pode cobrar dele. Cobre dele para ver se ele vai aparecer. Ele vai inventar uma série de desculpas, mas, coragem para aparecer, o covarde não tem. Não tem porque ele inventou, porque ele jogou – jogou não, tentou jogar – o nome de pessoas sérias no lixo. Mas o bandido não consegue fazer isso. Ele não consegue contaminar a imagem de pessoas sérias, porque ele é o bandido, o criminoso, o covarde, o patife, o canalha. E vou dizer para o senhor: eu não vou entrar com ação, não, porque, se eu descobrir, o que eu vou fazer é dar uma surra, vou dar um cacete, seja assessor, seja Deputado. Não interessa! O recado está dado.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente e todos os colegas.

Deputado Cristiano Araújo, com todo o respeito que tenho e vou ter por V.Exa., eu acho que pode ser fofoca. Discordo do Deputado Chico Vigilante: a jornalista é responsável pelo que ela escreve. Ela é responsável pelo que ela escreve. E disso eu não vou abrir mão, independentemente da responsabilização ou não do jornal. Isso eu falei para ela, eu liguei hoje pela manhã para ela. Acho que o primeiro Deputado que ligou para a jornalista foi eu.

Se ela ouviu um dos lados, uma das fontes, ela precisa citar a fonte. E não venha usar a liberdade de imprensa para isso, não, porque isso é crime e crime tem que ser punido. Que, então, ela diga quem foi que lhe passou a informação. Eu gostaria muito que ela apresentasse a fonte ou apresentasse os Deputados que fizeram isso.

Pode ter certeza: meu voto é pela cassação de qualquer Deputado que recebe qualquer tipo de propina para votar em algum projeto dentro desta Casa. Eu já adianto o meu voto. E, se for eu, eu renuncio. Eu acredito que tem que ser levada com seriedade essa questão do Parlamento.

Então, não se pode com fofocas. Perguntei a ela: ouviu-se falar? Jornalista responsável não escreve de ouvir falar. Cite a fonte, procure o contraditório. É o art. 5º da Constituição. Procure o contraditório. Vamos ouvir, então, os outros Deputados. Se contrariamos algum interesse, é porque estamos recebendo alguma coisa?

Pois bem, eu tenho todo o respeito por todo mundo. Todo jornalista aqui sempre foi tratado com bastante carinho. Agora, pode ter certeza absoluta: jornalista, assim como eu, tem que ser responsável pelo que fala, tem que ser responsável pelo que escreve. É muito importante que se coloque isso.

E, muito mais ainda, eu não me arrependo em nada de ter votado o limitador ontem, em absolutamente nada, e votaria hoje a mesma emenda em segundo turno. Não conheço nenhum dono de aplicativo nem tenho interesse de conhecer. Deixo bem claro que também não tenho interesse em conhecer. Meu interesse é em favor daqueles que precisam da minha ajuda para continuarem trabalhando. Muitas vezes, ouvimos apenas um dos lados, e eu ouvi hoje o outro lado, os motoristas que trabalham no Uber. Eles são favoráveis, sim, ao limitador. Quem é contra o limitador? Então, vamos construir? Vamos construir. Mas se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

constrói não atacando. Essa matéria foi plantada, e quem plantou essa matéria tem que ser descoberto e tem que pagar por essa matéria plantada.

Eu ouvi da Deputada Celina Leão que a Procuradoria da Casa está buscando os estudos necessários para responsabilizar o jornal. Eu acho que isso tem que ser feito.

Em primeiro lugar, todos nós temos uma história aqui dentro desta Casa. E, como disse o Deputado Wasny de Roure, a minha história não será lançada na lata do lixo de jeito nenhum. Como advogado que sou, pode ter certeza absoluta de que não vou deixar que isso fique desse jeito. Honra precisa ser guardada, e nós vamos fazer com que isso aconteça. E, quando eu falei com a jornalista hoje, eu não falei apenas por mim, falei por, pelo menos, doze Deputados que tiveram a sua honra ferida, manchada. Uma vez que vai ao vento, é difícil ser reparada. Mas pessoas vão ter que mostrar que, aqui dentro... Pelo menos o que eu votei – e não teria dificuldade nenhuma de votar a emenda de ontem –, votaria da mesma forma.

Então, só para encerrar aqui a minha participação, Deputada Celina Leão, a quem agradeço, estou à disposição de qualquer um da imprensa para qualquer esclarecimento necessário e desafio qualquer pessoa desta Casa ou os donos de aplicativos a me dizerem o dia que sequer, pelo menos, sentaram comigo para qualquer tipo de discussão.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, veja bem o que a jornalista escreve: “Nos bastidores, a conversa é de que os contrários à liberação do número de concessões queiram negociar com os empresários do Uber apoio às campanhas em troca de voto”.

Ou seja, dá a entender que os que conversaram têm promessa de apoio para suas campanhas políticas. É muito grave não apenas aos que são citados, mas aos que não são citados que votaram na outra proposta. Esse é o cenário, é a generalização de uma bandidagem dentro desta Casa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero dizer a V.Exa. e a todos os Deputados da Casa que, logo cedo, quando abri o jornal, como eu faço todos os dias, deparei-me com essa lamentável matéria, a qual o Deputado Wasny de Roure acabou de ler novamente. Foi também falada aqui por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

diversos Deputados a forma como ela foi escrita, parecendo que os Deputados desta Casa e principalmente os doze que tinham uma convicção naquilo que estavam fazendo estariam usando de subterfúgio para tentar adquirir ou ter algum benefício em causa própria.

Deputado Bispo Renato Andrade, logo pela manhã, fiz questão de entrar em contato com a jornalista e dizer que ela foi muito infeliz com aquilo que escreveu. Por mais consideração que eu tenha, acho que ela afrontou o limite do bom senso. Estou em Brasília há quatro anos e tenho feito um trabalho limpo e honesto. Não aceito ser colocado em uma linha que dá a entender que possa existir qualquer tipo de irregularidade da minha parte. Acho que ela deveria dizer quem realmente são, quem disse a ela. Precisamos saber. Estamos em uma Casa democrática, não podemos viver de insinuações. Ou é ou não é. Poxa, é muito ruim a gente ficar aqui nesse clima.

Quando V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade, falou que não foi procurado, eu também vim a esse discurso. Fizemos agora uma reunião com todos os motoristas do Uber, ouvindo a população para saber qual é a sua vontade, porque não podemos legislar em favor de uma empresa multinacional, não estamos aqui para sermos direcionados por qualquer tipo de empresa. Fui eleito pelo povo, fui eleito pelas pessoas. Foi o que fizemos hoje, eu, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Delmasso e outros que ali estiveram. Fomos ali ouvir quem realmente nos colocou nesta Casa, o povo. É o povo que temos de ouvir.

Quero deixar bem clara a minha chateação. Não esperava jamais trazer um tema como esse, mas foi lamentável a forma pela qual 12 Deputados desta Casa foram expostos, de maneira inconsequente, por uma matéria. Não podemos aceitar isso. Quero deixar aqui o meu repúdio em relação a essa matéria e prestar a minha solidariedade a todos os Deputados que ontem tiveram um posicionamento firme sobre o que pensam e acham em relação à matéria. Muito obrigado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero aqui, neste momento, solidarizar-me com os colegas da Casa, Deputados Chico Vigilante, Julio Cesar, enfim, todos os Deputados, e dizer que eles têm o meu total apoio. Como disse o Deputado Chico Vigilante, temos que correr atrás de quem plantou essa notinha de mau gosto. Podem contar comigo. Eu queria chamar a atenção do plenário para o seguinte: não podemos deixar que uma notinha dessas, plantada de maneira maldosa, de maneira irresponsável, acabe com todo o projeto da plataforma de tecnologia. A meu ver, estamos tendo uma das discussões mais longas, que já dura três dias, e não podemos, por conta de uma nota maldosa – não sabemos se foi algum assessor, se foi algum Parlamentar; não sabemos quem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

foi e não temos como saber –, deixar implodir o projeto da liberação de plataforma tecnológica. Na medida em que não conseguimos avançar na questão da emenda, prejudicamos todo o projeto.

Faço um apelo aos nobres Deputados, à bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Deputado Agaciel Maia, a todos os Deputados: que, neste momento, de fato, pensemos na sociedade, em todos que nos acompanham, de maneira a liberar os aplicativos. Brasília dará um passo à frente. Uma fofoca não pode implodir todo um trabalho, toda uma discussão feita na Casa há meses, sobretudo nesses últimos três dias.

Peço aos colegas que, neste momento de estresse e nervosismo, relevem essa nota, tomem as providências devidas, mandem investigar, vejam quem falou, vejam quem plantou, apontem os responsáveis. Conforme disse o Deputado Chico Vigilante, se tiver sido um Parlamentar, que sejam abertos os devidos processos disciplinares, para que isso não prejudique um projeto que vai beneficiar toda a sociedade de Brasília.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu também gostaria de externar minha indignação. A bancada do PSB é composta nesta Casa pelo Deputado Juarezão, pela Deputada Luzia de Paula e pelo Deputado Roosevelt Vilela. Sou o Líder dessa bancada e ficamos chocados pela forma como a imprensa, especificamente o *Jornal de Brasília*, tratou essa situação, o que demonstra uma incapacidade de fazer jornalismo da forma correta.

Os nossos posicionamentos sempre foram em grupo; não negociamos com ninguém no Uber; o nosso objetivo visa ao melhor para a comunidade, e reafirmo que a posição da bancada do PSB se mantém a mesma de ontem. E não é por conta da reportagem, não, mas porque acreditamos que deve haver um limitador, sim, e esse limitador é para dar viabilidade e sustentabilidade financeira àqueles que vão operar o Uber. Se abrirmos de forma desenfreada, sem limites, cada um vai fazer uma viagem por mês, o colega vai comprar um veículo financiado, não vai conseguir pagar a prestação e amanhã teremos, aqui na porta da Câmara Legislativa, mil, dois mil, cinco mil motoristas de Uber com seus carnês de financiamento, sem condições de pagá-los e pedindo o apoio desta Casa. Cabe a esta Casa tratar a economia e o capitalismo de forma a dar equilíbrio para as forças trabalharem de forma consoante.

Por fim, reafirmo a minha indignação com uma nota verbal de repúdio da bancada do PSB, pela forma como vem sendo tratada essa questão, que é muito relevante para esta Casa. O maior patrimônio de um Parlamentar é o seu nome. A fala do Deputado Wasny de Roure foi brilhante quando disse que, se os doze que votaram a favor da Emenda nº 65 estão querendo negociar com o Uber, os onze que votaram contra já haviam negociado. O Parlamento foi atingido de forma frontal e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

mortal, e esta Casa – todos nós, os 24 Deputados – tem que se pronunciar, repudiando uma informação dessa natureza.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vi essa matéria publicada no *Jornal de Brasília*. Não é que eu ache que temos de fulanizar, mas não podemos dizer que foi a jornalista a, b ou c. Realmente, no meu entendimento, foi um ato que fere os Parlamentares. Ele, inclusive, cita nominalmente doze Parlamentares.

Primeiro me parece que talvez não tenha sido a intenção, mas foi ofensivo, porque são insinuações sobre as quais – parece-me – não há provas. Fazem a insinuação, e nós sabemos que as pessoas leem e ficam com a informação.

Quero aqui me solidarizar com os Parlamentares atingidos diretamente, mas quero também alertar para uma outra coisa. Da mesma forma que hoje saíram insinuações de que poderia haver um caixa de campanha por se ter votado favoravelmente aos taxistas, amanhã poderá sair uma nota dizendo que haverá caixa de campanha financiada pelos aplicativos. É aquela máxima – sem querer fazer citação ao Deputado Chico Leite – de que pau que dá em Chico dá em Francisco.

O que precisamos é usar esse tipo de episódio, Deputado Cristiano Araújo, para cada vez mais consolidarmos o entendimento de que é necessário repensar este país como um todo. É por isso que, com vários Parlamentares, defendemos a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva para repensar o papel de cada uma das instituições. Tenho pela imprensa o maior respeito, mas sabemos que, às vezes, escudados no direito inalienável de informar, algumas pessoas usam a pena para fins maléficis. Vou até dar um exemplo que aconteceu hoje. Um vagabundo chamado Leonardo Attuch, do *Brasil 247*, financiado pelo PT – alguns dizem que é sócio de um ex-Secretário de Estado daqui –, hoje foi às barras da Justiça. Por quê? Porque está comprovado que aquele tipo de imprensa é a imprensa achacadora. Essa é a imprensa ruim, o que não é o caso do *Jornal de Brasília*, o que não é o caso da jornalista que subscreveu – ou que pelo menos titularam ter subscreito – a matéria. Então, eu acho que a gente precisa, na verdade, avaliar e, se for o caso, até conversar com o jornal: Que história é essa? Insinuação é muito ruim; ou é ou não é! Não dá para ficar dessa forma.

Finalizo, Sra. Presidente, dizendo que estou aqui consolidando o entendimento junto com a Presidente para essa questão do Uber, dos aplicativos, melhor dizendo – é porque já se consolidou que é sobre o Uber, mas, na verdade, está se falando de aplicativos e taxistas –, de apresentar uma emenda criando um limitador para o limitador; ou seja, se há um limitador, a gente poderia dizer o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

seguinte: fica o Poder Executivo responsável por, no prazo x, resolver essa questão da limitação. Acho que, dessa forma, a gente consegue contemplar a situação fática que aí está.

Pessoal, não vamos esquecer que nós estamos num momento de transição. Se nós não tivermos uma regra mínima de transição, nós vamos causar um prejuízo enorme a pessoas de bem, a cidadãos que estão esperando o nosso trabalho – trabalho no sentido de respeitar o trabalho deles. Isso é apenas para reflexão, Deputado Delmasso. V.Exa. tem sido protagonista junto com o Deputado Cristiano Araújo, Deputado Prof. Israel, Deputada Sandra Faraj e vários outros Parlamentares nessa questão. Nós estamos apenas secundariamente. V.Exas. têm sido protagonistas disso. É apenas para que se possa refletir se, de repente, o melhor caminho não seria criar uma regra mínima de transição. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje venho utilizar este momento para falar sobre dois assuntos que, na realidade, se vinculam um ao outro.

Primeiro, é sobre essa matéria que saiu publicada no Jornal de Brasília colocando que, nos bastidores, falaram que os Deputados que eram contrários à liberação – isso é o que está escrito na matéria – estariam pressionando a empresa dona do aplicativo a apoiá-los em campanhas eleitorais.

O mais grave disso, Deputada Celina Leão e Deputado Raimundo Ribeiro, não é o relato da jornalista nem a publicação do jornal, mas é o comentário feito nos bastidores a pedido de alguém ou tirado da cabeça de alguém para dizer que um grupo de Deputados estaria negociando com uma empresa apoio político para a eleição de 2018. O mais grave disso, Deputado Prof. Israel e Deputado Cristiano Araújo, não é a publicação ou relato da matéria, porque o jornalista tem o papel de relatar o que acontece nos bastidores e o que acontece fora deles. O mais grave é que quem disse essa ilação e mentira tentou colocar que os Deputados se colocarem contrários ou favoráveis à limitação é uma forma de barganha.

Quer dizer, então, que esses Deputados estão utilizando o mandato para fazer negócio? Quem estiver fazendo isso tem que ser preso! Quem utiliza o mandato como balcão de negócio tem que ser preso! A Lava Jato está demonstrando isso. A Lava Jato está demonstrando que quem utiliza o mandato ou quem ocupa cargo público para fazer negócio espúrio tem de ser preso.

O que me indigna não é o relato feito pela jornalista nem a publicação feita pelo jornal, mas é a maldade, infelizmente, o jogo sujo e baixo da política, de pessoas que não têm caráter para assumir e falar isso aqui e apontar quem está negociando. Eu quero saber quem é que tem caráter para levantar a mão e dizer quem é que estava negociando. Quem falou para essa jornalista, que venha aqui e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

diga quem são, aponte as provas! Porque é muito fácil colocar essa ilação e atingir a reputação de pessoas que constroem a sua vida pública com base na ética e na moralidade com ilações.

Deputada Celina Leão, mais uma vez eu digo aqui que a jornalista só relatou um fato que chegou aos seus ouvidos. A responsabilidade é de quem mandou colocar isso lá, porque isso não chegou lá. É como disse o Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. Michel: se o jabuti subiu na árvore, foi somente de duas formas: ou por mão de gente ou por enchente. Como nós não tivemos enchente, foi mão de gente que colocou lá. Essa informação não ia chegar aos ouvidos dela por causa de uma revelação espiritual. Alguém disse isso, Deputada Celina Leão. Mas eu quero dizer o seguinte: se foi a mando de alguém, esse alguém tem de ser penalizado.

Ainda referente a este assunto, eu quero dizer que o único patrimônio que eu tenho em minha vida é a minha moral e a minha história. E que, desde o movimento estudantil, eu construo a minha vida política com discussão de base. Não vendo a minha participação ou o meu voto para senhor ninguém. E quero deixar uma coisa bem clara: o meu mandato não está à disposição para fazer negociação espúria nenhuma. Não está à disposição para fazer negócios. O meu mandato está para servir a população do Distrito Federal.

O segundo ponto que eu quero falar é que ontem eu fiz uma avaliação, Deputado Cristiano Araújo, do sistema político brasileiro. É engraçado que nós tivemos aqui ontem literalmente uma discussão sobre a questão da liberação de mercado, sobre o mercado aberto, o mercado fechado. Foi uma discussão econômica. E o que eu vejo é que Deputados ligados a partidos da esquerda, com bandeiras conservadoras, que, nos seus programas estatutários, defendem o controle do Estado pelo mercado, vieram aqui defender abertamente a liberação do mercado. Vamos rasgar o sistema político brasileiro porque ele não funciona. Os partidos políticos realmente não servem para nada.

Na representação partidária que é colocada muitas vezes em seus estatutos, os partidos políticos defendem algo, e seus Parlamentares vêm aqui e colocam expressões totalmente diferentes daquilo que seus partidos defendem. O que eu acho interessante é que os programas de alguns partidos são claros ao dizer que o Estado precisa regular o mercado, e a gente vê alguns partidos, alguns Deputados que são vinculados historicamente aos seus partidos, virem defender aqui a liberação do mercado para uma multinacional. E o que eu acho mais engraçado é que, quando houve a discussão da privatização da telefonia, esses mesmos partidos, no Congresso Nacional, acusaram isso, à época, de venda do Brasil.

Vamos rasgar o atual sistema político. Concordo neste ponto aí, Deputado Prof. Israel, com a proposta que foi colocada pelo Senador Reguffe de que, para ser candidato, não precisa de partido político. E é verdade! Porque, se o partido político



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

hoje é só para ser cartorial, acabe-se com todos os partidos. E aí cada um defenda a sua consciência, Deputado Chico Leite. Porque nós não podemos ser hipócritas. É muito fácil, no momento, me vestir para ganhar votos de uma certa parte da sociedade com um discurso conservador para depois dizer que eu sou liberal.

Eu estou aqui fazendo uma reflexão somente sobre o sistema político e não falando de posição a, b ou c.

Respeito a posição de cada Parlamentar, respeito a posição de cada um que está aqui, da mesma forma que respeitam as minhas posições, mas o que eu quero dizer é que existe uma grande incoerência.

Não estou aqui querendo enquadrar que o Parlamentar deve votar com base no seu programa estatutário. Quem diz isto não sou eu, é a lei eleitoral; quem não faz isso pode, em tese, estar incorrendo em infidelidade partidária.

Eu digo isso porque existem partidos políticos em cujo programa estatutário está expresso, Deputado Cristiano Araújo – está expresso! –, que o Estado precisa regular o mercado, precisa botar limitador no capital. Inclusive a frase é: “O Estado tem o dever de limitar o mercado para que a voracidade do capital não destrua o trabalhador”.

É a reflexão que eu queria colocar aqui neste debate. Uma reflexão sobre o fato de que, infelizmente, chegou-se à constatação de que o nosso sistema político realmente não tem valor nenhum.

Era só isso, Sra. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, boa tarde; boa tarde, colegas. Eu também queria repercutir essa reportagem, essa matéria do jornal. É muito ruim porque, quando a matéria fala dos doze Deputados que ontem votaram favoravelmente ao texto original do Executivo com a Emenda nº 65, que é limitadora, ela acaba também nos deixando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

numa posição vulnerável, deixa a própria empresa numa posição vulnerável, os aplicativos ficam assim.

Então nós precisamos entender que o jornalismo não deve buscar fofocas de bastidores porque isso é muito grave. A gente tem que ter essa cautela, essa preocupação. Do mesmo jeito que os doze que votaram contra foram colocados sob suspeição, os onze também ficam numa situação delicada.

Eu quero expressar solidariedade aos colegas da Casa e dizer que esse processo do Uber, dos aplicativos – e falo isso especialmente para a imprensa –, engrandeceu muito esta Casa, porque ela teve a oportunidade de fazer um debate de teses. Para mim, isso é que foi fundamental nessa trajetória do Uber.

Eu não sei qual vai ser o resultado final disso, mas eu pude aqui expressar a minha forma de pensar, e a sociedade pôde conhecer um pouco mais do Deputado Prof. Israel, assim como os Deputados que compuseram a frente também puderam se expressar.

Ontem o Deputado Prof. Reginaldo Veras fez um discurso aqui que foi muito interessante, foi um discurso que o deixou expressar a sua essência, como S.Exa. pensa.

Quanto aos Deputados contrários, eu estava observando o debate que eu fiz com o Deputado Wasny de Roure. Que dureza é debater com S.Exa.! Ele é um professor, o Deputado Wasny de Roure – o Deputado Chico Leite sabe disso. É impressionante! Ele é um espadachim no debate, é debate de teses.

Esse foi um assunto que botou a Câmara para expor tese, pensamento. Eu senti que a gente estava aqui na tribuna de um grande senado. A Câmara se elevou em qualidade. Eu senti que se elevou a possibilidade de os Deputados se expressarem. O Deputado Agaciel Maia – meu Deus do céu! –, como é difícil debater com esse Deputado, porque S.Exa. constrói a argumentação.

Então, não houve aqui na Casa nenhum tipo de acordo. Não houve. Esse assunto foi sempre tratado num nível muito elevado. Até os aplicativos envolvidos estão num patamar muito elevado de discussão no mundo todo. Não vão se meter em encrenca por causa disso.

Então, eu gostaria de deixar claro, especialmente para os colegas da imprensa, o quanto esse debate colocou a Câmara em outra altura. Isso é muito importante para vocês terem uma noção de que essa Câmara pegou fogo e de que os nossos cérebros foram desafiados nesse tema. Foi muito diferente do comum, de outros temas mais simples desta Casa.

Era isso que eu queria dizer, Sra. Presidente. Não há esse tipo de negociação aqui na Casa. Esse foi um assunto que ocorreu nos termos mais elevados que a Câmara podia discutir.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Israel.
Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, senhoras e senhores; boa tarde, Sra. Presidente. Curto e grosso serei, como sempre, Sra. Presidente.

Esse debate todo não tenho nem como analisar, porque acordei cedo, fui a uma reunião com os diretores das escolas de Taguatinga para levantar demandas e só estou sabendo dessa confusão toda agora que cheguei ao plenário, e ela realmente pouco me interessa. Essa é que é a verdade.

Mas já que se entrou no assunto, eu vou dizer claramente aqui: a minha campanha custou 25 mil reais, talvez uma das mais baratas da história do Distrito Federal. Cada centavo saiu do meu bolso. Nem de amigos eu aceitei doação e continuarei com isso, porque sempre, sempre, sempre fui contra financiamento de campanha, pois, se não houvesse isso, nós nem estaríamos debatendo aqui esse assunto tão desagradável. Acredito nos meus colegas de trabalho, logo vou ignorar tal acusação feita por João, Chico ou Maria. Pouco me interessa esse assunto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Volto ao assunto que me interessa, o assunto que domina a cidade e que não consigo ficar um minuto sem que alguém aborde, que é a legalização de aplicativos e essa disputa entre a tecnologia, a modernidade e o tradicional.

Vou reafirmar o meu discurso, Sra. Presidente, vou até o fim aqui lutar pela derrubada da Emenda nº 65. Limitador favorece classes, e eu fui eleito para favorecer a maioria da sociedade. Não fui eleito para favorecer taxista, uberista ou seja lá o "ista" que for. A sociedade me pede a liberação total dos aplicativos, e eu tenho certeza de que convencerei, continuarei aqui convencendo os meus amigos de bloco, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Chico Leite, Deputado Prof. Israel a que mantenhamos a nossa posição em relação ao dia de ontem.

A meu ver, não há acordo. Limitação não passa no meu vocabulário e qualquer emenda limitadora eu rejeitarei. Votarei contra todo o projeto, porque qualquer limitação acaba com os aplicativos no Distrito Federal. Tenho dito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Robério Negreiros)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sras. e Srs. Parlamentares, eu acho que de ontem para hoje a gente teve oportunidade de viver uma experiência democrática. Realmente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o que pode ocasionar a Emenda nº 65? Nós estamos falando aqui de mercado, Deputado Prof. Israel, e o mercado tem que ser regulado com autonomia.

Eu quero fazer uma análise diferente das análises que têm sido feitas sobre a questão dos aplicativos. Quero falar aqui, Deputado Prof. Israel, de mobilidade urbana. Nós estamos vivendo mundialmente um momento em que o problema da mobilidade urbana não foi resolvido, não há solução para essa mobilidade, o Estado é incompetente para cuidar dela. Hoje, quando a Câmara Legislativa avança na permissão dos aplicativos tecnológicos, nós avançamos, Deputado Prof. Israel, na mobilidade urbana, e inclusive no desenvolvimento do aplicativo Carona Legal, que está sendo feito pela UnB para que as pessoas possam andar de carona.

Então, esse debate está muito mais além dos olhos humanos, é um debate que precisa ser feito em um ambiente macro. Aí foi trazido a este plenário, e tenho muita preocupação com isso, tenho preocupação mesmo, porque não estou legislando aqui nem para taxista nem para motorista do Uber, estou legislando para a sociedade! A partir do momento em que os próprios motoristas do Uber começam a achar que também é importante eles terem reserva de mercado, há um engano, eles também estão errados, eles também estão errados. Daqui a uns dias, Deputado Prof. Israel, uma vaga para motorista do Uber vale talvez mais do que uma placa de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

táxi, e o meu mandato não é para criar reserva de mercado para ninguém. Acho que é muito importante colocar isso.

É claro que o pedido foi feito para que se deixasse quem está no sistema e se impusesse a limitação a partir de agora. Ora, onde há bom-senso nisso, onde há justiça nisso? Não há justiça, não nos compete escolher quem estará no sistema e quem estará fora dele. Nós vamos incorrer nos mesmos erros que já existem, o serviço muitas vezes não é prestado pelos taxistas nas cidades-satélites, temos enormes demandas, realmente vamos criar mais um erro grotesco – a reserva de mercado inflacionário em cima da pessoa que vai ter uma permissão.

Então, quero me contrapor neste momento, neste ponto, a esse pedido dos motoristas do Uber. Dizem: “Não, então pode colocar a partir de agora”. Ora, eu não estou aqui para fazer esse tipo de legislação, estou aqui para que realmente a sociedade receba uma boa prestação de serviço. Acho que a única instituição que tem condição de fazer essa análise de forma real é a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, ela pode indicar as cidades em que está faltando transporte público, se é Paranoá, ou Itapoã, ou Samambaia.

Eu não serei conivente com a criação de monopólio por ninguém, nem por Uber! Nós estamos legislando aplicativos, estou doida para que o Carona Legal comece a funcionar verdadeiramente para diminuir o número de carros no trânsito, fomentar a criação de outros aplicativos mais modernos que permitam caronas compartilhadas. Esse é que tem que ser o foco do projeto, o foco não é criar reserva de mercado para ninguém, nem para quem está no sistema nem para quem vai entrar, precisamos ter como foco a mobilidade urbana. Veja o tanto que isso é arriscado, Deputado Chico Leite.

E aqui quero fazer uma observação: o Poder Executivo não mandou, num primeiro momento, à Câmara Legislativa essa condicionante no seu projeto de lei, o Poder Executivo não cita isso no seu projeto. Por que somos nós que temos que inovar com essa emenda? O Executivo se abstém disso! O risco de o próprio Poder Executivo vetar essa matéria e a Casa se desgastar, se indispor com todo mundo, é muito grande. Eu acredito que na própria regulamentação da lei o governo tem condição de construir, de realmente designar um número de carros necessários e de fazer um ajuste discricionário em cima da oferta e da procura. Quando ele perceber que há uma possibilidade de exterminar o mercado, poderá intervir, como é feito. V.Exa. sabe muito disso, é especialista em direito do consumidor, sabe como funciona a lei da oferta e da procura e como o Cade atua. Eu acho que legislarmos sobre isso, colocarmos isso na lei de forma ou a limitar em 50% ou aos que já estão no sistema, nós estaremos incorrendo num erro grotesco.

Então, aqui eu quero adiantar que não acato esse tipo de solicitação, eu acho que estamos errados do ponto de vista de avaliação. Eu faço um apelo aos próprios motoristas para que façam uma reflexão sobre esse tipo de pedido porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

ele não coaduna verdadeiramente nem com a proposta da mobilidade urbana, nem com a proposta da lei que nós estamos querendo construir com os 24 Parlamentares. Eu tenho certeza de que esta Casa tem muita maturidade, eu tenho muito respeito pelos 24 Deputados, as divergências, às vezes, são ideológicas, o que é do processo democrático, mas eu tenho certeza de que nós também temos condição e maturidade política para construirmos uma saída para esse imbróglio que estamos vivendo. Mas o risco é muito grande de a gente realmente criar uma nova reserva de mercado, ir numa plataforma digital... E, com certeza, as pessoas falam assim: “Mas não pode vender”. Mas também não pode vender placa de táxi, não! E eles as vendem com contrato de gaveta.

Então, eu gostaria de fazer um apelo para que esse tipo de colocação parasse por aqui, para que a gente não corra o risco de cair em desmoralização. O Poder Legislativo não tem que criar reserva de mercado para ninguém, não é essa a função do Poder Legislativo. Nós temos que criar normas em que o Poder Executivo consiga fiscalizar com eficiência o transporte público e delegar essa competência aos especialistas em transportes.

Essa é a minha fala, minha colocação, eu tenho discutido isso com muita ponderação, com muita maturidade com os colegas, ontem nós quase conseguimos construir um texto único. Hoje, nós estamos ainda nesta tentativa, nesta perspectiva de construirmos um texto único. Cabe aos colegas também fazerem essa avaliação porque é importante que tenhamos uma resposta para a sociedade, mas sem misturarmos a proposta que é para atender a sociedade com proposta de atender somente uma parte da sociedade, que é só quem está fazendo viagem, os motoristas. Então, a gente tem que atender todo mundo, e não cabe a este Poder fazer esse tipo de colocação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para parabenizar a Deputada Celina Leão e lembrar, ontem, parte do discurso do nobre Deputado Prof. Israel.

Se nós aceitarmos a limitação sob o argumento de que até os uberistas concordam com isso, os uberistas passarão a ter uma concessão e lutarão até a morte para que não haja ampliação disso e passarão a ter os mesmos privilégios malévolos para a sociedade do Distrito Federal que nós já estamos enfrentando com os taxistas. Ou seja, é a gente replicar o equívoco. A sociedade não ganha, Deputado Robério Negreiros, a sociedade perde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Fecho a questão aqui com a Deputada Celina Leão e não aceito o argumento de que até os uberistas são a favor da limitação. Nós não estamos legislando para uberistas e taxistas. Nós estamos legislando para a sociedade do Distrito Federal, e hoje eu passei a manhã inteira falando com a sociedade, e ninguém abre mão dessa total liberação. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Perfeita colocação.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus pares, imprensa aqui reunida, eu sigo na mesma linha do que já foi colocado aqui. Assim como o Deputado Prof. Reginaldo Veras, hoje pela manhã eu conversei com muitas pessoas.

Em que pese a notícia ter sido dada, de que a Câmara regulamentou ou liberou o Uber, as pessoas, a própria sociedade, na prática, Deputado Chico Leite, tem uma visão contrária, de que não houve essa liberação. Pelo contrário, houve uma dificuldade maior de acesso a plataformas digitais, principalmente por quem entende o Uber como uma parte dessas plataformas, e não necessariamente como o único serviço que pode ser prestado dentro desse sistema.

A limitação, aparentemente, é o ponto chave de toda essa discussão. Eu disse aqui da tribuna que não adianta falarmos que somos a favor do UberX e liberamos o UberX. Não adianta dizer que a Câmara Legislativa teve vanguarda em relação aos outros Legislativos do Brasil por estar enfrentando o problema de frente, porque, na verdade, Deputada Telma Rufino, nós não o enfrentamos.

Nós fizemos um projeto, na minha opinião, frankenstein, cheio de retalhos, cheio de confusões, e a confusão maior é dizer que liberamos o Uber, que é uma das plataformas, um dos operadores dessa plataforma, sem liberá-lo, porque tem a limitação. É dizer que Brasília agora pode ter UberX, um serviço que atinge inclusive as camadas mais humildes da sociedade – nós falamos tanto em dar acesso à sociedade a bens de consumo, a serviços –, mas estamos limitando a mobilidade dessas pessoas, caro Deputado Lira.

Então, efetivamente, não conseguimos avançar, na minha opinião. Eu respeito, esta é uma Casa democrática. Não conseguimos avançar, por mais que tenhamos nos esforçado, Deputado Prof. Israel, e V.Exa. tem se esforçado há muito mais tempo do que todos nós. Discutimos, discutimos, votamos, votamos, mas não avançamos. Pelo contrário. Quando não havia nenhum tipo de instrumento normativo sobre especificamente o caso do Uber, dos aplicativos e plataformas tecnológicas, essa ausência, essa omissão do Estado, Deputada Sandra Faraj, permitia que o serviço funcionasse. A partir da promulgação dessa lei, já se perde totalmente o grande ganho dessas plataformas, que é a eficiência. Não há como ter a mesma eficiência que se tem hoje, tão propagada especificamente pelo Uber.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

E aí, para não ficar falando de Uber, eu estou com o Deputado Prof. Reginaldo Veras: não estamos aqui legislando para Uber, para taxista, para quem quer que seja, não. A nossa legislação, o nosso trabalho tem que ser destinado para a sociedade. A sociedade quer a livre concorrência nesse sistema. Volto a dizer: nós temos uma péssima mobilidade no Distrito Federal, isso não é segredo nem novidade para ninguém.

Quando temos uma emenda de limitação, como a Emenda nº 65, o que nós fazemos? Estamos simplesmente impedindo a concorrência dentro das plataformas. Muita gente critica: a Uber é americana. As brasileiras não virão para cá, com essa limitação. Não virão. Hoje, nessa regra da Emenda nº 65, 50% são para as plataformas, em torno de 1.700. Além de tudo que foi colocado, eu concordo que o uberista vai virar dono de uma concessão, vai virar um permissionário, ou o que for. Essas 1.700 não serão suficientes sequer para o sistema, para o aplicativo que já está em vigor. E a espanhola que tem interesse em vir para cá? E a Cabify, que é concorrente? E a Televo? Olha o nome que está sendo empregado em São Paulo: Televo. Essa plataforma está em São Paulo, e é nacional.

Nosso compromisso aqui deve ser com a sociedade. Nós precisamos de alternativas cada vez melhores, precisamos de soluções para que um dos preceitos constitucionais, que é o direito de ir e vir, possa ser exercido em sua amplitude.

Infelizmente, hoje, a cidade está muito centralizada, e para não dizerem que não falo de cultura, vou falar de cultura. Deputado Prof. Reginaldo Veras, 90% dos equipamentos culturais do Distrito Federal estão no Plano Piloto. Os cidadãos que estão fora dessa região central sequer têm interesse em vir para cá, por quê? Pela dificuldade em se locomover. As pessoas pensam: não vou ao Plano Piloto porque vou pegar ônibus e um trânsito caótico. Podem perguntar: ele viria de Uber? Viria. Inúmeras pessoas usam isso, até para ir – uma coisa inimaginável – de Planaltina ao aeroporto. Pessoas usam o aplicativo para isso.

Então, quero aqui manifestar minha posição nesse sentido. Eu acho que não dá, pelo menos da minha parte – não sei os outros companheiros que votaram contra a Emenda nº 65 –, não temos como transigir nisso. No meu ponto de vista, entendo que a manutenção dessa emenda simplesmente sepulta todo o processo, todas as discussões e tudo que a gente espera, e também vai no sentido contrário, na minha opinião, ao que espera a sociedade: um serviço eficiente, de qualidade e de preço justo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Eu gostaria de fazer um apelo aos Parlamentares que estão presentes na Câmara Legislativa, em seus gabinetes: venham ao plenário para iniciarmos a votação do segundo turno do projeto. No momento não temos *quorum*.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante dez minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h07min, a sessão é reaberta às 17h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão. Antes, porém, de encerrar definitivamente, concedo questão de ordem ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu só queria ler uma nota pública que a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, acabou de emitir e que é muito importante.

“A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, vem a público manifestar-se contrariamente à Emenda 65 ao Projeto de Lei nº 777, de 2015, aprovada ontem, em primeiro turno, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que incluiu um limitador do número de carros que poderão prestar serviços de transporte por aplicativo.

Em julho de 2015, a Seccional do Distrito Federal realizou debate público e encaminhou ao Governador Rodrigo Rollemberg parecer que recomendou veto ao Projeto de Lei nº 282, de 2015, que proibia a utilização de aplicativo de prestação de serviço de transporte individual e remunerado de passageiros.

À época, esta seccional afirmou que o projeto de lei ofendia uma série de princípios constitucionais, entre eles os da livre iniciativa, da liberdade de exercício de qualquer profissão e da livre concorrência. Infelizmente, a Emenda nº 65 limita a tecnologia em 50% da quantidade de táxis disponíveis no Distrito Federal, restrição essa que, além de colidir frontalmente com os princípios já mencionados, provocará eliminação de milhares de postos de trabalho e afrontará o direito de escolha de milhares de usuários e consumidores que hoje utilizam os aplicativos para se deslocarem com segurança, confiabilidade e qualidade.

Nesse contexto, a OAB-DF reafirma que as limitações impostas pelo PL nº 777, de 2015, são formal e materialmente inconstitucionais, repercutindo, outrossim, desestímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

Mantida a aprovação da Emenda nº 65 pela Câmara Legislativa, a Ordem tomará as medidas administrativas e judiciais cabíveis diante da flagrante inconstitucionalidade da restrição à livre iniciativa.

Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal.”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Essa nota nos deixa muito preocupados. Estamos alertando sobre isso desde ontem. Essa emenda, como já foi dito aqui, insistentemente, mata o espírito das plataformas de transporte individual.

Então, a OAB só vem aqui corroborar com o que temos alertado desde ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero só reafirmar a irresponsabilidade, talvez, de insistirmos no erro da Emenda nº 65. A OAB se antecipa à votação, e a Constituição já prevê que ela é qualificada para que haja uma ADIn. Ela já tem essa prerrogativa, ou seja, essa emenda já nasce com um indicativo de ADIn pela OAB. Isso é gravíssimo. Essa nota já coloca essa emenda como inconstitucional, e a OAB tem prerrogativas jurídicas para entrar com uma ADIn na Justiça. É uma emenda que já nasce eivada de vícios.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – A minha solicitação é para fazer um “gancho” também ao que o Deputado Prof. Israel falou.

Eu gostaria de ler, na íntegra, o artigo que foi publicado em um jornal de grande circulação hoje, por um especialista também.

O título: “Uber não contraria as leis”.

“Querer barrar o Uber é contra a Lei de Defesa da Concorrência, a lei *mater* do Cade. Isso é uma infração à ordem econômica e vai contra os princípios constitucionais da liberdade de iniciativa e livre concorrência. Falamos de um princípio constitucional básico. Na legislação do conselho, Lei nº 12.529, de 2001, o art. 36 considera infração à ordem econômica limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado. Também é uma infração criar dificuldades à Constituição e ao funcionamento ou ao desenvolvimento de empresa concorrente. Além disso, contrariar o Uber é ir contra uma pressão da sociedade. A oficialização do aplicativo vai melhorar os serviços de táxi. Eles terão de ficar espertos.

Outra coisa: a lei diz que a conquista de mercado, resultante de processo natural, fundado na maior eficiência de agentes econômicos em relação aos seus competidores, não caracteriza o ilícito. O Uber não contraria as leis. Se uma atividade cresce naturalmente, isso não é nenhuma agressão. Não podemos embarrear setores. Se votarem contra o Uber, a empresa pode procurar o Cade e, no meu entendimento, o conselho derruba o veto.”

Ruy Coutinho é consultor econômico e ex-presidente do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de fazer um encaminhamento ao Deputado Prof. Israel. Tive o cuidado, Deputado Prof. Israel, de ligar para o nosso Senador Reguffe, que é o Relator do projeto do Uber no Senado Federal, para que ele possa receber uma comissão de motoristas que trabalham com o Uber, de especialistas também da matéria, e dizer como está essa votação no Senado. É claro que podem ocorrer inúmeras ADIns no Judiciário, e acho que o Brasil precisa ter uma definição finalística sobre o tema.

Acredito que essa relatoria está em boas mãos, porque a gente sabe da seriedade do Senador Reguffe, do compromisso dele com a sociedade. Temos certeza de que, mais uma vez, ele não irá nos faltar na definição final disso.

Eu pergunto: algum Deputado presente gostaria de fazer uso da palavra? Se não, nós iremos encerrar a sessão.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu sei que é um pouco precipitado da minha parte, mas gostaria de perguntar se nós já temos uma previsão de encaminhamento para terça-feira. Vamos votar o segundo turno? Vamos tentar votar? Vamos votar projetos de Parlamentares? V.Exa. e a Mesa Diretora já discutiram isso de alguma maneira?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, um grupo está discutindo a emenda, um encaminhamento, e ainda não chegou a um consenso. Eu acredito que nós ainda temos uma semana, temos o final de semana inclusive para que eles possam conversar com mais tranquilidade. Eu acho que, talvez na terça-feira, até pela falta de consenso, possamos retornar ao plenário.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Então, está bom, Sra. Presidente.

Só para fechar: libera geral Uber! Obrigado.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir, fazer um apelo no sentido de que votemos hoje, porque já houve tanto desgaste, tantos dias. Alguém poderia ir lá e falar com os Deputados para conversarmos e discutirmos aqui em plenário. Seria importante encerrarmos esse capítulo hoje, a sociedade está aguardando, o pessoal, a imprensa está aí muito apreensiva com relação ao que vai ser, o pessoal do Uber, dos táxis. É muito desejo, muita expectativa em jogo para deixarmos isso para depois.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Eu queria fazer um apelo a V.Exa. para que votemos hoje e pedir ao nosso Líder de Governo, Deputado Julio Cesar, que chame os Deputados para colocarmos isso em votação.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero fazer minhas as palavras da Deputada Sandra Faraj: que votemos hoje esse projeto em segundo turno para podermos encerrar esse capítulo aqui na Câmara, porque não faz sentido deixar para terça-feira o que se pode resolver hoje.

Tenho certeza de que os Parlamentares que estão ali reunidos e que são a favor da limitação, ao retornarem ao plenário, com certeza, irão votar pela liberação, sem a limitação, deixando a responsabilidade de regulamentar para o Poder Executivo, porque a Câmara Legislativa não pode assumir no momento esse compromisso de delimitar uma coisa que é competência do Poder Executivo.

Eu tenho certeza de que os nobres Deputados que estão lá na salinha agora reunidos vão poder entender isso, vir ao plenário para votar e encerrar esse capítulo hoje. Tenho certeza também de que o Governador Rodrigo Rollemberg não está interferindo nessa questão hoje.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu também me coaduno com os colegas. Nós viemos com a proposta de votar o segundo turno hoje, isso ficou muito claro, independentemente das divergências, para que pudéssemos fechar esse ciclo. Na próxima terça-feira, votaríamos os projetos que estivessem em tramitação na Casa, tanto de Parlamentares como do governo.

Eu acho isso um desrespeito porque os Parlamentares alteraram suas agendas e estão aqui desde as 15 horas. Os outros Parlamentares que estão se reunindo – o que é direito deles – também firmaram o compromisso de que a votação seria hoje. Independentemente de como seja, se vamos manter a Emenda nº 65 ou não, eu acho que hoje é o dia de encerrarmos esse ciclo. Há nove meses estamos tratando deste projeto, iniciamos a discussão e votação, a Presidência informou ao grupo de Parlamentares há mais de quinze dias a data limite para que as comissões pudessem se manifestar e a questão de plenário. Então, terça-feira, vamos ter outra desculpa? Quarta, outra desculpa? Quinta, outra desculpa?

O meu posicionamento é singular, mas eu creio que, da mesma maneira que votei ontem e fui voto vencido na Emenda nº 65 – foi um escore de 12 a 11 –, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

aqui é uma Casa plural. A maioria é quem decide. Se tiver que haver a Emenda nº 65, mesmo da forma alertada, que haja, mas que a votação seja hoje. Se o resultado for 12 a 11 de novo, paciência. Pelo menos, a Casa fez o seu papel.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Convido o Deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 152:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 285, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das pessoas jurídicas do Distrito Federal que comercializem produtos ou serviços através de página na internet a disponibilizarem o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, o endereço da sede principal e o telefone de suas instalações físicas”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 285, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das pessoas jurídicas do Distrito Federal que comercializem produtos ou serviços através de página na internet a disponibilizarem o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, o endereço da sede principal e o telefone de suas instalações físicas”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 153:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 727, de 2012, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a vedação de divulgação de informações em faturas e contas telefônicas, na forma que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 727, de 2012, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a vedação de divulgação de informações em faturas e contas telefônicas, na forma que especifica”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 154:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 137, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre a inclusão do tema valores de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

ordem familiar como conteúdo transversal nos currículos da rede pública de ensino fundamental e médio do Distrito Federal”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o projeto em tela nos traz graves problemas, desde questões constitucionais até questões subjetivas de interpretação que já foram abordadas na Comissão de Constituição e Justiça pelo nobre Deputado Chico Leite. O projeto introduz como conteúdo transversal das escolas públicas brasileiras um determinado conteúdo, sobre o qual não vou nem entrar em detalhes.

Os temas transversais, senhoras e senhores, são definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. São temas universais e abrangentes cuja complexidade do debate envolve todas as correntes de pensamento. Ele não limita e é definido pelo currículo básico da educação brasileira, logo ele está submetido a uma lei federal. Neste caso, não há legislação concorrente. O Distrito Federal não pode legislar a respeito disso.

Entendo que é uma bandeira defendida pela nobre Deputada Sandra Faraj, mas, em contraponto, eu defendo uma bandeira da educação, da legalidade no processo, e neste caso aqui nós estaríamos aprovando um projeto de natureza inconstitucional.

Nem quero me alongar no debate no que se refere a valores da família. Valores da família hoje não são mais universais. Talvez o que seja bom para a sua família, Deputado Chico Leite, não seja bom para a minha. Aí nós ainda teríamos um confronto em sala de aula, porque o aluno x acha que aquilo é bom para a família dele, mas para o aluno y aquele valor não corresponde àquilo que no ambiente familiar foi construído culturalmente como valor. Eu acho que é um debate que já é feito na sala de aula de forma desvinculada. Não cabe legislar sobre isso.

Reenfatico, senhoras e senhores: a matéria peca por grave vício de inconstitucionalidade. O projeto de lei em tela terá a minha rejeição.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero parabenizar a Deputada Sandra Faraj pela brilhante iniciativa de incluir no conteúdo transversal a ser ensinado dentro das escolas um conteúdo que valoriza a família brasileira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Quanto ao que se refere a princípios constitucionais, eu queria me ater ao que está escrito no art. 226 da Carta Magna brasileira. Em relação ao conceito estabelecido de família, o conceito que está estabelecido pelo art. 226 da Constituição Federal, que foi incluso pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010, diz o seguinte:

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (...).”

O art. 227 diz o seguinte:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar (...).”, com base no art. 226 desse dispositivo legal.

Então, Sra. Presidente, eu quero dizer que a própria Constituição Federal, a Carta Magna do nosso País determina que é direito das crianças ter uma educação. Deputado Roosevelt Vilela, falo isso com base na Carta Magna brasileira, não estou aqui usando qualquer tese que foi construída em outro lugar. Estou usando o que está *ipsis litteris* descrito na Constituição da República Federativa do Brasil, que diz que é direito da criança ter acesso à educação e principalmente às bases que são encontradas no art. 226.

Dizer que esse texto é inconstitucional? Perdoem-me, mas esse texto, na verdade, assegura a informação e a construção da importância, Deputado Julio Cesar, que a família tem na formação do indivíduo. Será que nós vamos rasgar essa importância e deixar que essa discussão fique de fora?

Digo ainda mais: o inciso VIII do art. 2º do Plano Distrital de Educação explica diretamente isso e fala essencialmente sobre essa questão. Autoriza, inclusive, essa situação dentro da grade curricular nas aulas aqui no Distrito Federal. Então, o Plano Distrital de Educação, que foi aprovado com este inciso, também é inconstitucional?

Eu quero aqui defender que as crianças do Distrito Federal tenham, sim, o direito de aprender em sala de aula a importância da família na sua formação cidadã, na sua formação como pessoa. E ninguém pode retirar esse direito da família brasileira e das crianças do Distrito Federal.

Obrigado, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, colegas Parlamentares, venho a esta tribuna para fazer a discussão sobre o projeto que está em apreciação.

Na Comissão de Constituição e Justiça, Sra. Presidente, eu tenho caminhado aqui e ali, de maneira antipática, no controle da constitucionalidade, buscando que possamos legislar sobre matérias que estão no âmbito da nossa competência.

Eu sei que aqui e ali um colega acha que eu não sou simpático àquela causa. Já houve ocasiões em que se levou para o campo de uma suposta compreensão pessoal contrária ao colega Parlamentar.

Esse caminho, Sra. Presidente, não é mesmo um caminho simpático. Eu reconheço. É um caminho árduo. Mas quem assume a tarefa parlamentar, quem cumpre mandato, precisa estar sempre disposto a ter vaias como aplausos. Nós não podemos fugir da nossa responsabilidade.

Esse caso específico é um daqueles em que eu já me manifestei na Comissão de Constituição e Justiça. Nós temos uma jurisprudência formada a partir de um parecer de uma unidade da Constituição e Justiça, observando que não é possível a iniciativa parlamentar sobre matéria curricular. Não é possível! Não foi apenas neste; em inúmeros outros nós já votamos, já discutimos.

Então, Sra. Presidente, este projeto – perdoe-me a autora, com respeito à sua tese, que pode não ser até a tese que esposamos, mas esta é uma Casa de debates – é inadmissível, Sra. Presidente. Não cabe à iniciativa parlamentar matéria curricular. Isto está em parecer da unidade de Constituição e Justiça, isso está em jurisprudência farta do nosso Tribunal de Justiça. Isso já foi debatido amplamente. Eu discuto esta questão há quatorze anos.

Então, na forma, é meu dever observar aos colegas: nós estaremos mais uma vez votando uma matéria que nos colocará em afronta com o ordenamento jurídico por este motivo. Eu não estou, neste início, discutindo o conteúdo. A discussão que ponho é aquela da inadmissibilidade. Porque o que me parece é que o Parlamento vai perdendo o seu prestígio. O Parlamento, quando tenta legislar sobre o que não é da sua área, vai colocando todo o seu ofício em confronto com a sociedade. Esta é a minha opinião de forma, Sra. Presidente, que já exarei na ocasião do debate na Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito, também compreendo que se trata de invasão da chamada liberdade de cátedra que nós levamos três séculos para consolidar como direito natural, consolidado nas cartas constitucionais ocidentais, todas elas. E, sempre que voltamos a esse tema, corremos o risco de afrontar esse princípio, Sra. Presidente. É meu dever dizer a V.Exa. e aos colegas que, também quanto ao mérito, nós nos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

posicionamos contrariamente. Essa foi a posição que eu já exarei na Comissão de Constituição e Justiça e agora estou, por dever de ofício, declarando aos colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Leite.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados. Houve 8 votos contrários dos Deputados Chico Leite, Chico Vigilante, Ricardo Vale, Cláudio Abrantes, Luzia de Paula, Liliane Roriz, Prof. Israel e Reginaldo Veras.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 137, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre a inclusão do tema valores de ordem familiar como conteúdo transversal nos currículos da rede pública de ensino fundamental e médio do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Como nós estamos com o Plenário completo, eu gostaria que entrássemos na votação do projeto do Uber.

Item nº 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 777, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regulamentação da prestação do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno. Foram apresentadas 16 emendas de Plenário em segundo turno. As comissões deverão se manifestar. Informo que foi apresentado destaque para a Emenda nº 65, em primeiro turno.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir o apoio dos nobres Pares para a aprovação da Emenda nº 73, de 2016, de Plenário, de minha autoria. Ela acresce ao capítulo I, das disposições preliminares, do Projeto de Lei nº 777, de 2015, o seguinte artigo, renumerando os demais: “O aplicativo de acessos à solicitação de serviço de que trata esta lei deve ser adaptado de modo a possibilitar a sua plena utilização por pessoa com deficiência, vedada a cobrança de quaisquer valores e encargos adicionais pela prestação de serviço. Parágrafo único: Devem ser observadas todas e quaisquer normas aplicadas à matéria relativas à acomodação de animais de serviço, que são os cães-guias”. Eu gostaria de pedir o apoio dos nobres Pares para a Emenda nº 73, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Esta Presidência comunica que há apenas 12 Deputados em plenário, já que se retiraram 12 Deputados que estão terminando de fazer um acordo e já devem retornar. Eles estão tirando um encaminhamento.

Eu quero registrar e agradecer a presença da Deputada Liliane Roriz, que a gente sabe estar de atestado médico, mas, devido à grandiosidade do tema, está presente. Portanto, Deputada Liliane Roriz, em nome da Câmara Legislativa, agradecemos a presença de V.Exa.

Eu gostaria que os Deputados fizessem os encaminhamentos que estão sendo feitos ali – que são legítimos e democráticos – o mais rápido possível, porque está todo mundo cansado. A Deputada Liliane Roriz veio aqui justamente para essa votação.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu agradeço a manifestação de carinho e atenção à minha pessoa. Eu fiz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

uma cirurgia de emergência e não poderia estar aqui, mas eu fiz um esforço absoluto para estar e não posso demorar muito, porque eu ainda passo alguns percalços. Quem fez cirurgia como a que eu fiz sabe muito bem como passa uma pessoa que tira a vesícula. Então, quem já fez sabe o que causa a cirurgia de vesícula e você tem que estar sempre muito próximo da sua casa porque você pode ter surpresas. Então, tenho que estar em casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Liliane Roriz.

(Assume a Presidência Deputado Robério Negreiros)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Esta Presidência suspenderá a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h08min, a sessão é reaberta às 18h11min)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Deputada Liliane Roriz, agradeço a presença de V.Exa. Infelizmente o que estamos vivendo aqui hoje não é algo que realmente reflete o que gostaríamos de discutir. O processo democrático é o que aconteceu aqui ontem. Estavam em plenário 23 Deputados, 11 foram derrotados, e nós permanecemos no plenário para sermos derrotados com dignidade. Esse é o processo democrático.

Eu gostaria de fazer um último apelo aos Deputados que não estão no plenário: retornem ao plenário, para voltarmos à discussão democrática, em nome da Deputada Liliane Roriz, que está aqui doente, mas gostaria de fazer parte desse processo e, pelo menos, ter o direito de discutir o projeto. Faço esse apelo aos colegas que estão aqui.

Quando eu era Deputada da Oposição, o Deputado Cláudio Abrantes sabe disso, perdi tantas vezes, ganhei tantas vezes, mas não fugia do debate, não fugia da discussão, e discutia com clareza. Eu gostaria de fazer um último apelo aos colegas que estão aqui hoje à tarde: que possamos terminar hoje essa discussão, em homenagem à Deputada Liliane Roriz, em nome da sociedade de Brasília, que está aguardando o resultado final.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Só quero explicar à opinião pública que precisamos de no mínimo 13 votos para votação do projeto. Infelizmente, 12 Deputados saíram para impor suas vontades, fugindo assim do processo democrático.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Em consideração à Deputada Liliane Roriz, que está de atestado médico, doente, mas saiu de casa para vir aqui participar da votação do projeto e externar a sua opinião, Deputada Celina Leão, peço a V.Exa. que coloque em pauta o projeto depois que a Deputada puder vir, para votar também.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Antes de tudo, parabênizo o Deputado Cristiano Araújo. Faça das suas palavras as minhas.

Não quero acreditar, Presidente, que esta situação está acontecendo no plenário desta Casa. Acho que nós temos que enfrentar um debate que está posto para a sociedade, e ela quer isso. A repercussão hoje foi imensa. Espero que em breve possamos votar neste plenário e ver qual é a vontade da maioria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estamos com *quorum*. Quero agradecer ao Deputado Wellington Luiz, conseguimos atingir o *quorum*.

Voltamos à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Designo o relator da CEOF, há *quorum* para deliberação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Saímos daqui ontem quase 22h30min. Mesmo sabendo da derrota, enfrentamos o processo democrático, esta é uma Casa plural, democrática. Perdemos de 12 a 11, e enfrentamos o processo democrático.

Não é crível acreditar, mas já acreditando, que o grupo que venceu ontem, hoje, no segundo turno, pensa que a sociedade pode achar que esta Casa aqui é de araque. Eu não estou confortável, estando aqui como Parlamentar nesta situação.

Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que, num prazo de 10 minutos, se não houver nenhum tipo de acordo, a gente possa realmente encerrar e só voltar à votação com a presença da nobre Deputada Liliane Roriz. Eu parabênizo S.Exa. pela atitude, uma atitude nobre, até mesmo porque está aqui para votar. Há possibilidade – não é uma possibilidade certa –, na votação, de reverter o quadro e dar uma resposta à sociedade que atenda não só a questão do Uber, dos aplicativos, do UberX, mas não inviabilize as atividades dos táxis. Nosso substitutivo não faz, sob nenhuma hipótese, esse tipo de coisa.

A Emenda nº 65, narrada com proficiência pelo Deputado Prof. Israel, Deputada Celina Leão e outros Parlamentares, cria uma reserva de mercado. No Uber, quem já está cadastrado, depois do corte, vai passar a ter uma forma de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

valoração, talvez, mais do que com as licenças dos táxis. Isso vai gerar um problema que, eu confesso, só o Judiciário vai resolver.

Então, vamos ter a consciência de encerrar esse ciclo hoje, independente do lado que seja. Eu acho que aqui temos que respeitar o que for decidido pela maioria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, todo mundo é testemunha de que, desde ontem, eu e mais alguns Deputados estamos tentando criar uma solução para este embate. Eu já disse, nós Parlamentares não podemos ser vencedores nem vencidos. Quem tem que ser vencedor é a sociedade, e é óbvio que esse desgaste está refletindo na população. É muito ruim tudo isso.

Eu acho que este é o momento de termos juízo, prudência e cautela nas nossas ações. Eu gostaria de pedir a V.Exa., que sempre teve esse cuidado e sempre conduziu este Plenário com todo o cuidado, com respeito a todos os Parlamentares, eu sou testemunha disso, que neste momento suspenda a sessão para que todos os Parlamentares conversem e juntos encontremos uma saída. Eu acho que este é o momento de os Parlamentares conversarem, até em respeito à Deputada Liliane Roriz, que mesmo sem condições veio até aqui.

Agora é a hora de encontrarmos uma saída, agora é a hora de demonstrarmos maturidade. Se a gente cobra maturidade, este é o momento de fazermos isso.

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero fazer um apelo aos Deputados que não estão aqui no plenário, mas estão na Casa. Em respeito à sociedade, em respeito à imprensa, em respeito àqueles que estão na expectativa sobre o resultado dessa lei de regulamentação do Uber e dos táxis, voltem ao plenário.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputada Sandra Faraj, continue sua fala.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Eu queria sugerir, caso não haja sensibilidade e os Deputados não voltarem ao plenário para continuarmos, que seja feita uma convocação para amanhã. Estou disposta a ficar aqui o tempo que for necessário para a gente encerrar esse capítulo em respeito à sociedade, que está esperando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

ansiosamente por um resultado desta Casa, que eu sei que é uma Casa séria, é uma Casa que está trabalhando com um tema que no Brasil inteiro não avançou o tanto que nós avançamos.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em virtude dos ânimos relativamente exaltados, proponho a V.Exa. que suspenda a sessão por quinze minutos, não para ir para a sala, porque eu não tenho mais o que debater, Sra. Presidente, eu estou pronto para votar, mas para os ânimos se acalmarem.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata o encaminhamento de V.Exa.

Vamos suspender a sessão por vinte minutos. Assim que retornarmos, em vinte minutos, se não houver *quorum*, vou encerrar a sessão e nós retornaremos, na terça-feira, a essa questão. Teremos *quorum* na terça, na quarta e na quinta.

Vamos suspender a sessão por quinze minutos para dar o tempo necessário que o Deputado Wellington Luiz me pediu para os Deputados tentarem criar um acordo. Se não conseguirmos viabilizar isso hoje, voltamos a discutir a questão na próxima semana, na terça-feira.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Para destensionar, Sra. Presidente, antes de voltarmos na terça-feira, vamos à festa junina.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h21min, a sessão é reaberta às 19h16min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Eu quero informar que não há acordo hoje para a votação do projeto do Uber. Nós vamos promover uma reunião com os Parlamentares no dia de amanhã. Mas não há previsão de votarmos amanhã, de fazermos uma sessão extraordinária.

Nós devemos trazer o tema novamente ao plenário na terça-feira, porque é um tema que já está na Ordem do Dia e já foi votado em primeiro turno. Enquanto isso, tentaremos dialogar com todos os Parlamentares para que possamos construir um projeto consensual.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só quero que fique registrado que eu, como Parlamentar, também fiz a minha parte. Fiquei aqui até esta hora para votarmos o projeto. A sociedade não vai poder cobrar de nós, porque ficamos aqui até esta hora, porque fizemos a nossa parte. Certo?

Então, nós queremos agora construir essa aproximação com os demais Parlamentares que não quiseram dar *quorum*. Mas quero que fique registrado nos Anais da Casa que nós fizemos a nossa parte. Ficamos até esta hora para votarmos o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Lira.

Quero, antes de encerrar a sessão, registrar o nosso agradecimento à Deputada Liliane Roriz, que veio, em condições debilitadas, mas se fez presente, pois sabe da importância do voto de V.Exa. nesta questão. Então, eu quero agradecer a V.Exa., em nome do nosso bloco, que fechou questão sobre isso, Deputada Liliane Roriz.

Eu acredito que V.Exa. consegue, com esse ato, mesmo estando debilitada e estando aqui conosco para participar desse momento de votação, reconhecer a importância do seu voto e da representatividade com que os seus eleitores confiam em V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero também parabenizar a atitude da Deputada Liliane Roriz, e dizer que é um tema polêmico e de interesse da sociedade. E a Deputada, mesmo estando de atestado médico, veio para participar da votação.

Infelizmente, Sra. Presidente, por um ato de imaturidade desta Casa, um ato de imaturidade dos Deputados, um ato não democrático, porque é um projeto de lei que está sendo discutido já há três dias, simplesmente 12 Deputados resolvem retirar o *quorum* e deixar a sociedade toda aflita: taxistas, motoristas de Uber, motoristas de aplicativos, cidadão. Decidimos não decidir nada por falta de maturidade desta Casa.

Então, eu quero deixar registrado aqui que continuarei na minha luta, continuarei seguindo os meus princípios e continuarei ouvindo a sociedade, que é o nosso dever aqui dentro.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu fiz esse esforço porque eu sei que vai valer a pena e nós vamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

conseguir aprovar esse projeto, porque temos a consciência de que a população do Distrito Federal espera isso. Por isso eu fiz esse esforço, para Brasília saber que eu estou junto e quero o melhor para a nossa cidade.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Liliane Roriz, eu quero parabenizar V.Exa., que veio bastante fragilizada, é visível que veio num estado bem frágil, mas está aqui exatamente – eu tenho certeza disso – por causa da missão. É um tema nobre, engrandecedor para a cidade. Eu a parabeno pela bravura de estar aqui, tão debilitada, mas está.

Eu quero também parabenizar todos os Deputados. Ontem, na hora em que sabíamos que iríamos perder, que nosso projeto seria vencido aqui na Casa, Deputado Cláudio Abrantes, ninguém saiu. A vida é assim: você ganha, você perde. Nós ficamos aqui até o final, mesmo sabendo que estaríamos sendo vencidos, mas o tema é importante.

O tema é muito importante, a sociedade está esperando isso. De maneira alguma poderíamos ter inviabilizado a chegada até onde chegamos ontem. É lamentável não haver consenso hoje, para finalizar esse assunto e dar um final de semana muito tranquilo para muita gente.

Obrigada, Presidente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, antes de tudo, eu quero fazer coro, parabenizando a Deputada Liliane Roriz. É difícil parabenizar uma pessoa por cumprir a obrigação. Eu sei que S.Exa. tem essa visão, ela mesma já externou que veio cumprir a obrigação como Parlamentar em um tema tão importante.

Ao mesmo tempo em que parabeno a Deputada Liliane Roriz, debilitada – foge da obrigação, mas veio, cumpriu seu papel institucional de Parlamentar –, também tenho a lamentar o não cumprimento desse papel, quando nós estamos aqui, a imprensa está aqui, a sociedade espera uma resposta. Já foi colocado, não vou me alongar na questão de ontem, que nós assumimos a derrota. Eu lamentei a derrota desta tribuna. Lamentei ontem a derrota, na minha opinião, da sociedade, porque ela estava sendo privada de um serviço que ela desejava.

Hoje eu lamento a derrota da Câmara Legislativa. Mesmo tendo a definição do nosso lado, para mim isso é uma derrota para a Câmara. Hoje o Poder Legislativo dá uma mensagem muito negativa para a sociedade, muito negativa. É a minha opinião, com todo o respeito à história dos Deputados que não estão aqui. Eu acho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

que essa mensagem vai de uma maneira muito ruim para a imagem do Legislativo local. Então, eu lamento hoje também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero agradecer à Deputada Liliane Roriz, que desde o início votou, aliás, posicionou-se favorável, admitindo o engano da Câmara na primeira votação, e foi uma das primeiras a se posicionar a favor dos aplicativos. Então, quero parabenizá-la e dizer que estou muito feliz por sua vinda aqui.

Hoje, depois que a OAB se pronunciou, depois da repercussão que a Emenda nº 65 teve para a sociedade, a Câmara não poderia ter agido dessa forma. É muito ruim essa ação. Sra. Presidente, eu quero dizer que nós vamos trabalhar para que, na próxima semana, possa ser diferente. Ontem, com doze a onze, os onze permaneceram; hoje isso não foi possível. É muito difícil, o Parlamento não merecia passar por isso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Israel.

Eu quero aproveitar a oportunidade e deixar registrada uma reunião com todos os Deputados na segunda-feira pela manhã, para tentar chegar a um acordo sobre o projeto, porque teremos votação na terça-feira. Então, segunda-feira, às 10h, reunião para deliberar sobre o tema.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria, se for possível, de corrigir minha manifestação e meu voto ao Projeto de Lei nº 154, entendendo a intenção da Deputada Sandra Faraj.

Lerei aqui o parágrafo inerente à resolução da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre inclusão de matérias curriculares.

“É preciso considerar, de um lado, que a Lei 9.394, de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece apenas um núcleo básico de conteúdos destinado a assegurar a unidade da educação nacional (art. 26 da lei). Por outro lado, ao aprovar essa legislação, o Congresso Nacional conferiu ao Conselho Nacional de Educação e ao Ministério da Educação atribuições específicas sobre questões curriculares. De fato, a definição de diretrizes curriculares do ensino fundamental e médio está por lei conferido à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e ao Ministério da Educação (art. 9, § 1º, alínea c da Lei 4.024, de 1961,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

com redação dada pela Lei nº 9.131, de 1995). No nível da educação superior, a Câmara da Educação Superior do CNE e o MEC recebem a mesma atribuição no art. 9, § 2º, alínea c, da mesma lei”.

Peço, então, a correção do meu voto. Voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a questão de V.Exa. e solicito o registro.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, é lógico que o voto é livre. Podemos nos posicionar como quisermos nas questões que quisermos, mas a liberdade dos pais é constitucional. Os valores da família estão na Constituição. Essa colocação ideológica contra valores da família é uma posição que cada um pode ter, mas a família é a primeira sociedade do ser humano. Se V.Exa. quer transformar seu voto em “não”, acho que para nós não interfere. Mas é lamentável quando, muitas vezes, nossa ideologia doutrinária está acima daquilo que a gente crê. Quem se opõe ao tema família e fala sobre valores transversais, cidadania, respeito ao próximo, é um inimigo da família. Esse é o meu conceito.

Muito obrigada pela posição do senhor.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Sandra Faraj, por gentileza, eu peço sua atenção. Não tenho discordância no mérito do conteúdo. O problema é a forma. Aqui a legislação estabelece. Veja bem, eu não tenho discordância com o tema, Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Deputado, desculpe-me. Eu não concordo. V.Exa. não ia parar agora para mudar o voto. Desculpe-me, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, vamos terminar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Sandra Faraj, por gentileza, eu acho que respeitar a posição é um princípio que deve nortear esta Casa. Eu não tenho discordância com o mérito. Na forma há um equívoco, Deputada. Entende? Não é uma questão ideológica, é uma questão legislada. Só isso.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Estou respeitando. Eu fiz o meu comentário. Assim como V.Exa. se incomodou a ponto de, neste momento, mudar o seu voto, também estou colocando a minha posição. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Declaro encerrada a presente sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2016	15h55min	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

(Levanta-se a sessão às 19h28min.)